

Leituras possíveis sobre a China no panorama museológico brasileiro: desafios à produção do conhecimento

Daniela Carvalho Sophia¹

André Bueno²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um pequeno panorama da relação entre Museologia brasileira e chinesa, aqui proposta como recorte potencialmente fértil e ainda pouco explorado na investigação acadêmica brasileira, no que diz respeito aos estudos comparados entre os dois países na área da Museologia. Proporemos um percurso investigativo, composto de *cinco desafios*, alinhando a elaboração de um possível estudo exploratório sobre as relações a serem tracejadas às fontes a serem examinadas e ao método a ser aplicado.

Palavras-chave: Museologia. Museologia asiática. História da Ásia. China.

Abstract

This paper aims to present a brief panorama focused on the relationship between Brazilian and Chinese museology, proposed here as a potentially fertile and yet little explored theme in the Brazilian academic research, regarding the comparative studies between the two countries in the area of Museology. We will propose and discuss an investigative course, composed of five challenges concerning this theme, aligning the elaboration of a possible exploratory study about the possible relationships to be hatched, the sources to be explored and the method to be applied.

Key-words: Museology. Asian Museology. History of Asia. China.

¹ Doutora em História das Ciências (COC/Fiocruz) e Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MINC). daniela.sophia@rb.gov.br

² Doutor em Filosofia (UGF), Pós-Doutor em História (UNIRIO) e Professor Adjunto de Antiguidade Oriental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). orientalismo@gmail.com

1 Introdução

A República Popular da China, maior país da Ásia Oriental e o mais populoso do mundo, com mais de 1,38 bilhão de habitantes, se constitui hoje em um dos principais parceiros estratégicos do Brasil nas áreas econômica e comercial. Desde 1974, as relações diplomáticas entre os dois países, com alguns importantes acordos de exportação, têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade³. Nesse contexto, o desempenho da China passou a ser fator de competitividade para organizações e Estados. Tendo em vista esse cenário, passou-se a buscar mais conhecimento sobre o país, a conferir maior importância à avaliação de suas políticas públicas e a valorizar a aproximação à sua cultura.

Diante de um país tão estratégico do ponto de vista econômico, cujas relações diplomáticas encontram-se firmes em seus propósitos de aproximação, pergunta-se: o que se conhece sobre a prática museal chinesa hoje? O que nós, brasileiros e ocidentais, poderíamos aprender e apreender ao olhar em direção às dimensões práticas e teóricas no âmbito museológico chinês?

Essas são perguntas com que nos deparamos ao pensarmos sobre a China, que representa, para a Europa (mas também para a América Latina), a cultura mais claramente exterior à sua, tanto por sua antiguidade quanto por seu desenvolvimento (JULLIEN, 2010). Nesse sentido, a Museologia chinesa parece ser essa grande parte do outro polo do conhecimento museológico que ainda continua, em sua essência, desconhecida da porção europeia e latina – seus museus, sua práxis, sua produção acadêmica, enfim, as interfaces possíveis que nos aproximam e nos distanciam desse polo. Tudo – ou quase tudo – ainda está por ser descoberto.

Este artigo tem como proposta apresentar cinco desafios decorrentes de uma aproximação ao outro polo da experiência museológica a partir de estudos produzidos por sinólogos e historiadores da Ásia (BUENO, 2011; CHENG, 2008; JULLIEN, 2010, 2012; SCARPARI, 2006; SPENCE, 1995). Desde já, destaca-se que um campo de estudos que aborde as possíveis interfaces da relação entre Brasil e China pode se constituir em um

³ Alguns instrumentos de gestão que mostram a aproximação entre os dois países podem ser enumerados, de acordo com Itamaraty (MRE): Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais), Plano de Ação Conjunta (2015-2021) e Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

elemento muito promissor para a área da Museologia nos dois países. Não obstante as vastas discussões que o tema possibilita, ainda é inexistente um trabalho que aborde o fazer museológico em uma perspectiva comparada. A questão merece, no mínimo, ser colocada em debate.

2 Primeiro desafio: a compreensão da extensão dos danos coloniais aqui e lá

O primeiro desafio que se pretende abordar se refere aos motivos que regem uma possível aproximação, no campo museal, entre Brasil e China. Por que olhar para a Museologia chinesa? Porque, ao observar proximamente, Brasil e China parecem possuir muitos fatores em comum, não somente devido à vastidão que caracteriza os territórios nos dois países. Para além dos atributos geográficos, podemos nos reportar, aqui e ali, às relações coloniais que colocaram igualmente à prova seus povos e culturas. Se, de um lado, o século XIX foi caracterizado pelo imperialismo no âmbito da cultura chinesa, levando a importantes conflitos – por exemplo, as seguidas guerras do Ópio (SPENCE, 1995; PANIKKAR, 1969) –, no Brasil, o colonialismo também reproduziu, na população, uma forte relação de dominação de poderio colonial, tendo a metrópole portuguesa imposto sua cultura e pensamento.

Os resultados, nos dois casos, foram uma cultura de dominação e imposição e fortes conflitos entre as potências imperiais e suas colônias. Muitos foram os domínios de ação colonial na formação cultural nos dois países. A influência jesuítica, por exemplo, foi marcante nos dois continentes. A presença desses missionários gerou não somente o óbvio domínio do cristianismo sobre os saberes populares e no campo filosófico, mas, sobretudo, tal interface agregou à cultura uma rica e farta grade de traduções, de novas formas de ver e pensar o mundo. Ao mesmo tempo em que as missões de evangelização desembarcaram na China com Matteu Ricci⁴ (CRONIN, 2010), tínhamos aqui as missões evangelizadoras católicas portuguesas.

Os museus criados durante os processos de colonização podem ser enumerados também lá e cá. Na China, os primeiros museus foram criados no desenrolar da era colonial, a partir do século XIX, quando o país foi controlado por muitas forças estrangeiras. Foi justamente um padre francês o responsável pela construção do Musée Heude, em Xangai, em 1868; o Museu de Xangai foi fundado em 1874 pela Real Sociedade Asiática da Grã-Bretanha e Irlanda; o Jinan Museu foi erguido por um padre britânico na província de Shantong em

⁴ Missionário jesuíta (1552-1610) que atuou na China durante a Dinastia Ming.

1904; o Museu Haongho-Paiho, pelos britânicos em Tianjin em 1904; e o North China Museum foi construído em Tianjin pelos padres franceses Emile Licent e Pierre Teilhard de Chardin em 1923 (DHONGAI, 2008).

No Brasil, em decorrência do processo de colonização portuguesa, foi criado, por meio de decreto de D. João VI, o Museu Real – posteriormente denominado Museu Nacional – para “propagar os conhecimentos e estudos das Ciências Naturais”, os quais poderiam ser empregados “em benefício do comércio, da indústria e das artes” (SANTOS, 2000). O Museu Real, dessa forma, aproximava-se dos museus europeus do período, reproduzindo seus discursos, ainda que em menores proporções (SANTOS, 2000).

Feitas tais considerações, eis uma primeira característica que se apresenta nos casos brasileiro e chinês, a que um estudo comparado deve dedicar atenção: os museus parecem ter sido construídos pelo poder imperial justamente para reafirmar o poder colonial, tornando-se parte das estratégias coloniais da época, a partir da influência cultural, política e econômica. Diante da sua multiplicidade de etapas, influências e processos colonizadores, esse período, considerado em seu conjunto, possui uma expressão própria e oferece uma primeira pista dos aspectos aproximativos da Museologia nos dois países.

3 Segundo desafio: examinar os alicerces culturais chineses – que teoria utilizar?

O segundo desafio encontra-se *na importância de examinar os alicerces culturais da China*, inserindo-a no contexto da formação das instituições museais em cada país. Do mesmo modo, elaborar um sentido ou propósito a essa investigação, saindo do plano do exotismo ou da simples identificação da diferença. Para avançar em direção à proposta de um estudo comparado, primeiramente, faz-se necessária – nos dizeres do sinólogo francês François Jullien – uma certa aceitação do outro, fato que implica “questionar-se segundo o ponto de vista do outro” (JULLIEN, 2012, tradução nossa)⁵: entrar nos sentimentos do outro, em sua dificuldade e em suas preocupações, aceitando colocar-se em seu lugar e adotar sua perspectiva. Afinal, a grande dificuldade na aproximação proposta decorre menos da diferença entre os pensamentos do extremo Oriente e europeu do que da indiferença que ambos tradicionalmente mantêm entre si (JULLIEN, 2010, p. 2).

François Jullien (2010) apresenta uma abordagem de visitação e compreensão das alternativas chinesas propostas para problemas comuns do pensamento e do entendimento.

⁵ No original: “*C’est commencer de nous interroger selon on point de vue*” (JULLIEN, 2012).

Em suma, trata de interrogar a China a partir de nossos próprios questionamentos, compreendendo, porém, que podem existir outras respostas – e que, a partir delas, pode-se acessar uma nova forma de entendimento e de estratégia intelectual.

Tomando como fundamento os estudos de François Jullien (2010, 2012), verifica-se, no caso do campo museológico em questão, ser múltiplo o benefício de olhar a Museologia brasileira do ponto de vista da Museologia chinesa, primeiramente, descortinando os outros modos possíveis do fazer museal. Isso implica também um retorno aos pressupostos a partir dos quais a Museologia brasileira desenvolveu-se e às fontes nas quais bebeu. No caso brasileiro, poderia significar, por exemplo, uma alteração na estrutura geopolítica do pensamento museológico – hoje ainda fortemente focado na visão francesa. O objetivo ao aproximar-se do outro, segundo François Jullien, é retornar ao impensado do pensamento, tomando a razão europeia pelo avesso a partir desse ponto de vista da exterioridade. No limite, trata-se de colocar, pois, o pensamento museológico em perspectiva.

Considerando nossa formação, não é nada confortável a aproximação com essa outra inteligibilidade posta pelo desafio que representa olhar para as questões práticas da Museologia chinesa. O que se passa com o pensamento museal se, ao sair de nossa história (com nossas verdades, teorias, metodologias e categorias de pensamento), rompemos simultaneamente com a história da Filosofia e já não podemos repousar no encadeamento de noções ou de doutrinas ou de teorias ou de autores no qual nosso espírito “museológico” se baseou? (JULLIEN, 2010, p. 2). Afinal, é preciso lembrar que no caso brasileiro (e ocidental, de forma mais ampla) somos tributários da tradição filosófica grega, a começar pela própria etimologia do termo *museu*: *museion* – palavra de origem grega; templo das musas, as nove filhas de Mnemósine (“Memória”) e Zeus, entidades a quem era atribuída a capacidade de inspirar a criação artística ou científica. A própria concepção de *museu*, em suas mais diversas implicações, é definida a partir de um modelo ocidental; captar, portanto, as possíveis reelaborações desse modelo pelo ponto de vista chinês pode ser de grande valia para o desenvolvimento de noções próprias do campo museológico.

4 Terceiro desafio: afastar-se dos comparativismos simplificantes

O terceiro desafio que se apresenta ao campo de estudos comparados se constitui na importância de se distanciar de um natural comparativismo em que inevitavelmente caímos no tocante à caracterização da Museologia brasileira em contraponto à Museologia que

denominamos por chinesa, apontando qual seria, enfim, sua originalidade originária (JULLIEN, 2010). Creio que a pergunta seria: quais recursos elas promoveram e desenvolveram, tanto de um lado quanto de outro, em sua inventividade, e que os dois campos podem apreender e ressignificar?

Nesse ponto, há que se pensar nos desafios que a descolonização do pensamento museológico nos impõe. Vive-se, no âmbito do campo museológico brasileiro, uma profunda crise intelectual, derivada do enfrentamento a uma herança eurocêntrica amplamente presente no pensar museológico atual. Connel (2012), ao afirmar seu ponto de vista sobre a existência de uma colonização do pensamento, nos diz que:

Cita-se Foucault, Habermas e Bourdieu não porque eles conhecem algo mais profundo sobre nossa sociedade, mas, ao contrário, porque suas ideias tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole. (CONNEL, 2012, p. 10).

Isso gera uma forte dependência acadêmica. Essa iminente revolução na teoria social que propõe Raewyn Connel (2012) – ou seja, libertar-se das amarras eurocêntricas – tanto será mais difícil quanto mantivermos as mesmas categorias de análise, pontos de vista e estruturas lógicas. Com isso, quero dizer que o olhar para a China – onde imediatamente cortam-se os laços com a nossa língua, onde já não é possível nos apoiar em nossa semântica e muito menos recuperar a etimologia, rompendo por definitivo os efeitos sintáticos aos quais se habituou nosso pensamento – é um possível caminho rumo a essa descolonização (JULLIEN, 2010, p. 2). A mudança de quadro, por si só, já faz pensar e pode se constituir em um elemento transformador no campo museológico. A aproximação entre os dois países do ponto de vista museológico poderá operar, dessa forma, um retorno ao impensado do pensamento museológico, nos dizeres de Jullien (2010), tomando a razão europeia (de que somos tributários na área) pelo avesso, a partir do ponto de vista do que o autor denomina por “exterioridade” da cultura chinesa. Trata-se, por assim dizer, de uma desconstrução a partir de fora.

5 Quarto desafio: acessar a compreensão sobre o passado entre os chineses

Um passo importante dentro dessa construção epistemológica sobre a China é a compreensão de sua noção de passado e conservação que permeia a relação com os bens culturais e materiais.

A tradição historiográfica chinesa é milenar, tendo como principais norteadores os ensinamentos do mestre Confúcio (551-479). Pode-se dizer, de fato, que a produção histórica e sua relação com o passado derivam de uma compreensão ética do confucionismo sobre o papel das tradições e dos bens culturais. Um dos primeiros livros da história chinesa é, justamente, o *Liji* (ou *Livro dos Ritos*), cujo objetivo era registrar e guardar as mais diversas crenças e práticas sociais, num forte esforço de preservação de um patrimônio imaterial. Confúcio resgatou esse livro – entre outros – com o objetivo claro de preservar o passado, mantendo-o como o cerne da estrutura cultural chinesa.

Todavia, seria demasiado simplista propor que os chineses, a partir de Confúcio, criaram uma história que só pretendia registrar o passado; de fato, a elaboração confucionista era mais sutil e profunda. Os chineses pretendiam captar, por meio da história, o sentido dos fenômenos sociais e materiais, revelando as leis que regiam a natureza. Compreender o passado, portanto, era elaborar uma investigação sobre o sistema por meio do qual o cosmos funcionava, observando seus movimentos e buscando estabelecer um regime de harmonia (BUENO, 2011).

Isso influenciou diretamente a visão de conservação material entre os chineses: gradualmente, tornou-se mais importante entender os princípios pelos quais as coisas funcionavam e se reproduziam do que, propriamente, preservar um determinado objeto material. Essa perspectiva levou os chineses a criarem toda uma cultura de cópia, mais enfatizando o registro das técnicas de produção do que propriamente valorizando a ideia de preservação.

Tal fato tem colocado em questão, até os dias de hoje, os procedimentos chineses relativos à manutenção de patrimônios materiais e à estruturação de museus e sua visão sobre conservação e uso do passado (BUENO, 2015). No limite, é questionar-se sobre como (e quanto) incorporar elementos dessa visão chinesa na práxis e na teoria em uma disciplina – aqui tratamos especificamente da área museal brasileira – em um mundo caracterizado por uma profunda crise no modelo de racionalidade científica – e aqui estamos em sintonia com Boaventura de Sousa Santos (2008), para quem essa crise parece, de fato, irreversível.

6 Quinto desafio: em direção a uma nova abordagem ética para a ciência dos museus

Em estudo acerca do pensamento chinês, Anne Cheng (2008, p. 31) observa que os textos na educação chinesa se constituem na palavra viva dos mestres; não se destinam apenas

ao intelecto, mas à pessoa toda; servem menos para raciocinar do que para serem frequentados e, finalmente, vividos: “Não o raciocinar sempre melhor, mas o viver sempre melhor sua natureza de homem em harmonia com o mundo” (CHENG, 2002, p. 31).

Podemos supor então que o aprofundamento da aproximação aos ensinamentos chineses incluirá, inevitavelmente, um repensar da Ética no campo museal. A abordagem ética, para a ciência dos museus, não começaria com a tarefa de decidir sobre princípios morais corretos ou bons no âmbito do fazer museal, tal como, nas palavras de do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804), encontra-se o processo de chegar a uma ideia do bem. Da perspectiva do cultivo de si, de que aqui tratamos, a ideia de bem seria um conceito estático e, portanto, inadequado para apreender as necessidades do fazer e pensar “museologicamente” no campo. Ocorre que os indivíduos que participam do campo – aqui tratamos do campo museológico – desenvolvem suas capacidades morais em diferentes velocidades e extensões. Os antigos pensadores chineses reconheciam que, se há normas de ação e comportamento, elas invariavelmente deveriam ser adaptadas a seus contextos de aplicação (JULLIEN, 2000). Para eles, o problema central não era delinear normas e conceitos para a ação, mas definir como essas normas seriam aplicadas por pessoas diferentes em distintas situações.

Temos que concordar com Boaventura de Sousa Santos quando ele diz ser necessário “*perguntar pelo papel de todo conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático de nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para nossa felicidade*” (SANTOS, 2018). Lembra-se ainda da ponderação de Stuart Hall sobre a crise de identidade que vivemos. Dizia o autor que “*as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando os sujeitos*” (HALL, 2003). Destaque-se também a crise política e econômica que se vive hoje no país e no mundo. Nesse ambiente, não seria uma questão central o debate sobre métodos e processos que poderiam assegurar uma existência mais estável e pacífica no universo museal? É muito interessante perceber o exemplo dos antigos pensadores chineses, para os quais harmonia e estabilidade social eram questões críticas.

A visão confuciana de uma sociedade ideal considerava as boas relações fundamentais para a estabilidade social, abordagem que os museus e seus produtores de conhecimentos encontrariam também na compreensão chinesa sobre o passado. Assim, de uma perspectiva teórica, sugerimos a importância de levar em conta que, no todo, as relações não são meramente a soma das partes; que um cômputo apropriado no âmbito da ciência dos museus

deve, sobretudo, considerar os indivíduos, suas relações com os outros e, sobretudo, entender o seu lugar no Todo, exercitando a aceitação e, por que não, direcionando o pensamento museológico rumo ao exercício da cidadania e da construção de conhecimento. Afinal, dentro do próprio paradigma historiográfico chinês, remontando-nos a Confúcio, é a aquisição de conhecimento e a prática da reflexão que levam à produção do novo: “mestre é aquele que, por meio do antigo, descobre o novo” (CONFÚCIO, *Os Analectos*, 2:11).

7 Considerações finais: os elementos iniciais para uma reflexão museológica em perspectiva comparada

É certo que na China, nos últimos dez anos, o número de museus cresceu exponencialmente – em 2016, havia 4.873 museus em funcionamento, com uma média de 900 milhões de visitantes ao ano. O país promoveu amplamente uma política cultural que teve como objetivo o crescimento no número de museus e, como meta (2011-2020), a abertura de um museu para cada localidade com 250 mil habitantes. As ações na área museal por parte do Governo Central Chinês implicaram o desenho de uma política pública de incentivo não somente às visitas, mas, sobretudo, ao aporte financeiro destinado à área, que, entre 2011 e 2015, correspondeu a 21 bilhões de dólares (BOLLO; ZHANG, 2018). No Brasil, o processo de implementação esteve relacionado à Política Nacional de Museus levada a cabo a partir de 2003, cujo impacto foi amplamente divulgado em publicações científicas da área. Porém, diferentemente da China, houve poucos recursos alocados para a área – em 2013, R\$ 140 milhões.

Além da discrepância entre o volume de recursos financeiros destinados pela política dos museus do governo chinês e pela política brasileira, a Museologia apresenta outros elementos muito distintos no que diz respeito às ações na área museal nos dois países. A práxis, a produção intelectual, a forma de pensar e de raciocinar sobre a experiência museal: todos esses elementos parecem representar fortes distinções entre Brasil e China no que se refere à cultura e identidade dos museus e dos profissionais que ali trabalham. De fato, o campo museal chinês – com sua práxis e seus elementos culturais e linguísticos – parece possuir uma forte exterioridade marcada com relação ao campo museal brasileiro. Essa exterioridade pode ser explicada tendo em vista elementos culturais e linguísticos, mas, sobretudo, porque a China parece se constituir, como afirmamos antes, “do ponto de vista ocidental, o outro polo da experiência humana”.

Nesse sentido – e retomando o que citamos na introdução deste texto –, a reafirmação da China como potência econômica, política e cultural mundial pode proporcionar novos paradigmas sobre a estruturação da área museológica. De modo direto, pode-se fazer a seguinte reflexão: no processo de negociação com as instituições chinesas, não será condição o estudo de suas práticas teóricas (e, no extremo, sua aceitação, por vezes imposta)?

Há que se pensar rapidamente em alternativas para as instituições museais, que devem perpassar a esfera do diálogo, a aproximação, a percepção do outro e, sobretudo, a percepção de si. Pergunta-se, nesse cenário: como, hoje, diante de uma crise no mundo do trabalho e na representação política, o indivíduo será capaz de encontrar formas de expressão, caminhos em direção ao outro e possibilidades de inserção em uma comunidade?

A China, no nosso entendimento, não se constitui em uma “invenção do Ocidente” tal como divulgado por Edward Said, que considera que essa ideia *se constituíra – ao fim e ao cabo – como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente* (2007, p. 29). Propomos aqui uma ida *ao outro polo da experiência humana e, para quem aceita o desafio intelectual*, procuramos indicar neste trabalho o conjunto de cinco desafios iniciais que por ora estamos enfrentando ao nos depararmos com esse tema: a compreensão dos alicerces culturais da China, a importância de afastar-se de uma propensão ao comparativismo tendo em vista o olhar a partir da própria cultura, a relevância de investir na leitura dos clássicos confucianos e, por fim, no âmbito de uma aproximação, a importância de compreender a extensão dos danos coloniais nos dois países e sua superação.

Com fundamento nesses elementos introdutórios, um estudo comparado entre Brasil e China que aborde a área de museus se justificaria não somente pela ausência de literatura sobre o tema – o que se verifica nos periódicos do campo; ou pelos investimentos na área que estão sendo realizados pelo atual presidente chinês, Deng Xiaoping; ou, no caso brasileiro, pelo processo de implementação, em curso, da Política Nacional de Museus. Trata-se de uma mudança de rumos no pensamento. Desconfiamos de que esse tema nos abra possibilidades em um campo muito fértil de estudos com potencial promissor para os dois países, assim como um espaço de diálogo e reflexão em direção a novas possíveis inteligibilidades e experiências museológicas.

Referências

AZEVEDO, Murillo Nunes de. **O Olho do Furacão**: um panorama do pensamento no Extremo Oriente. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. **Museologia e Patrimônio**: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, Unirio/MAST), v. 2, n. 2, p. 87, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/78/98>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BOLLO, Sofia; ZHANG, Yu. Policy and impact of public museums in China: exploring new trends and Challenges. **Museum International**, p. 28-37, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/muse.12170>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertnd Brasil, 2007.

BUENO, André. A visão chinesa do passado. In: BELTRÃO, Cláudia. (org.). **A busca do antigo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p. 19-23. Disponível em: https://www.academia.edu/2589112/A_Vis%C3%A3o_Chinesa_do_Passado. Acesso em: 23 jul. 2018.

BUENO, André. Cultura da cópia e a concepção tradicional para preservação do patrimônio cultural material na China: problemas e desafios. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 176-187, dez. 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/20131/14581> . Acesso realizado em 12.dez.2018.

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Unesp, 2012.

CONFÚCIO. **As Lições do mestre**. Tradução e organização de André Bueno. 1. ed. São Paulo: Jardim dos Livros, 2013.

CONNELL, Reewyn. A Eminente Revolução na Teoria Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, p. 9-20, out. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001 . Acesso realizado em 12.dez.2018.

CRONIN, Vicent. **Matteo Ricci- Le sage venu de L'Occident**. Traduit de L'anglais par Jane Fillion. Albin Michel: Paris, 2010.

DHONGAI, Su. Chinese museums: tradition and changes. **Museologia e Patrimônio**: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, Unirio/MAST), v. 1, n. 1, p. 120, 2008. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/13/9>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 7.

JULLIEN, François. Pensar a partir de um fora (a China). **Revista Periferia: educação, Cultura e Comunicação**, Rio de Janeiro, v. II, n. I, jun. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3462>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JULLIEN, François. **Entrer dans une pensée ou Des possibles de l'esprit**. Paris: Gallimard, 2012.

JULLIEN, François. **Um Sábio não tem idéias**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

PANIKKAR, kavalam Madhava. **A Dominação Ocidental na Ásia**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

ROBERT, John. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo. Cortez, 2008.

SANTOS, Miryam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado**, Brasília, v. 15, n. 2, jun./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005. Acesso em: 21 jul. 2018.

SCARPARI, Maurizio. **China Antiga**. Barcelona: Folio, 2006.

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.